

AGENDAVITÓRIA

2008 / 2028



Gestão de Políticas Sociais

Tania Maria Bigossi do Prado

- Temas norteadoras
 - A gestão e acesso aos direitos e à rede de serviços públicos: concepção, acesso, demanda, universalidade, distribuição da rede, controle social, financiamento, descentralização, intersectorialidade e territorialização das políticas sociais
 - As tendências e possibilidades para efetivação das políticas sociais no fortalecimento do usufruto e democratização da Cidade
 - As articulação das políticas sociais na RGMV
 - Os investimentos públicos nas políticas sociais: tendências

Aspectos metodológicos

- Estudo **documental** por meio da análise crítica de relatórios de gestão, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, dos relatórios de conferências, do OP, do modelo de gestão proposto pela PMV
- A realização de **reuniões, as entrevistas** coletivizadas junto aos gestores, técnicos, lideranças, conselheiros e a participação da sociedade nos GT's no I Seminário da Agenda
- **Pesquisas de opinião** e grupo focal sobre a organização e participação social em Vitória, encomendadas para esta Agenda.

Estrutura do estudo

- Reflexão teórica e conceitual da temática, da apresentação e análise crítica da estrutura e organização da gestão das políticas sociais,
- Desafios para o futuro, a partir de cenários para as questões mais relevantes destacadas do diagnóstico.

Marco para a Gestão de Políticas

- Principal referência as transformações ocasionadas pela Constituição 1988, que demarca a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro como diretriz jurídica das práticas da **gestão participativa e democrática.**

Questões norteadoras

- Formas de participação social existentes na Cidade no controle das políticas sociais, alguns aspectos, tais como: Como as mesmas tem se comportado em relação à tendência atual de institucionalização e formalização dos espaços participativos sob a tutela do Estado? Como avançar nesses mecanismos de participação para formas mais autênticas e legitimamente de iniciativa popular?
- O poder público por sua vez, como tem de fato procurado incorporar a dinâmica da participação e o conjunto de suas deliberações nos seus respectivos planejamentos e ações? Quais os limites e possibilidades desses processos democrático-participativo?
- Os mecanismos de integração e intersetorialidade, de monitoramento e avaliação das políticas e finalmente, do financiamento das políticas sociais na Cidade e as articulações das ações no âmbito da RMGV.

Tendência das Políticas Sociais no contexto atual

- Estado Mínimo para o Social
- Terceirizações – transferência da responsabilidade
- Culpabilização dos indivíduos por suas mazelas
- Assistencialização, fragmentação, focalização, cada vez mais residual.

Coletivos de Trabalho do Modelo de Gestão

ESTRATÉGICO

Prefeito



Secretariado

Reunião Coordenadores dos Comitês Temáticos

TÁTICO

Comitê de Atividades Meio

Comitê de Políticas Sociais

Comitê de Desenvolvimento Econômico e Urbano

Grupos de Trabalho dos Programas

Comitê Executivo

OPERACIONAL

Comitês Gestores dos Órgãos

Grupos de Trabalho dos Projetos

Comitês Temáticos

Comitê de Atividades Meio	Comitê de Políticas Sociais	Comitê de Desenvolvimento Econômico e Urbano
Grupo de Trabalho por Programas	Grupo de Trabalho por Programas  <ul style="list-style-type: none">• Câmaras Territoriais• Comissão Gestora do Terra Mais Igual	Grupo de Trabalho por Programas

Considerações sobre os Comitês Temáticos

- A transversalidade se apresenta como um processo em construção a partir da Matriz de integração, desenvolvida através dos Comitês Temáticos.
- Espaço para se discutir os programas em implantação, seus resultados, formas de promover a ação articulada, identificação de insuficiências e novas ações a serem empreendidas.
- Possibilidade de se definir coletivamente um agenda comum para integração das políticas e superações de problemas na perspectiva da intersectorialidade e integralidade no atendimento.

Considerações acerca das CT

- Experiência significativa: deve-se apontar para a ampliação das ações e para o fortalecimento das CT's;
- Referenciar ações com base em estudos e pesquisas realizadas localmente para fundamentar os diagnósticos locais,
- Necessidade de maior sistematização e socialização do processo de trabalho em cada região.

Considerações acerca das CT

- Necessidade de avançar nas normatizações de procedimentos comuns (cadastro informatizado, encaminhamentos, etc)
- Fortalecimento das ações do poder público e articulação das redes locais

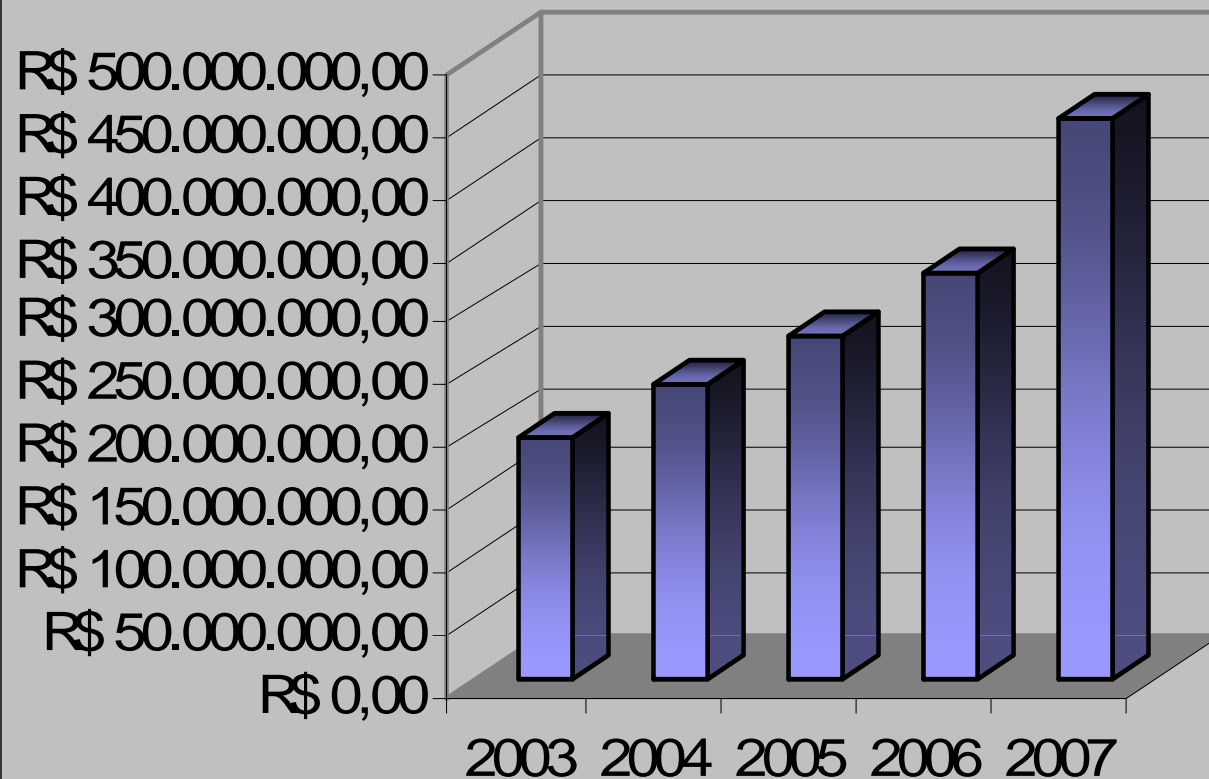
Caminhos para intersectorialidade

- Modelo de Gestão baseado na integração das políticas e definição coletiva de metas do PPA e Planejamento
- Introdução de metodologias descentralizadoras, desconcentradoras e territorializadas por meio da Câmara territorial
- Formação de Comitês executivos

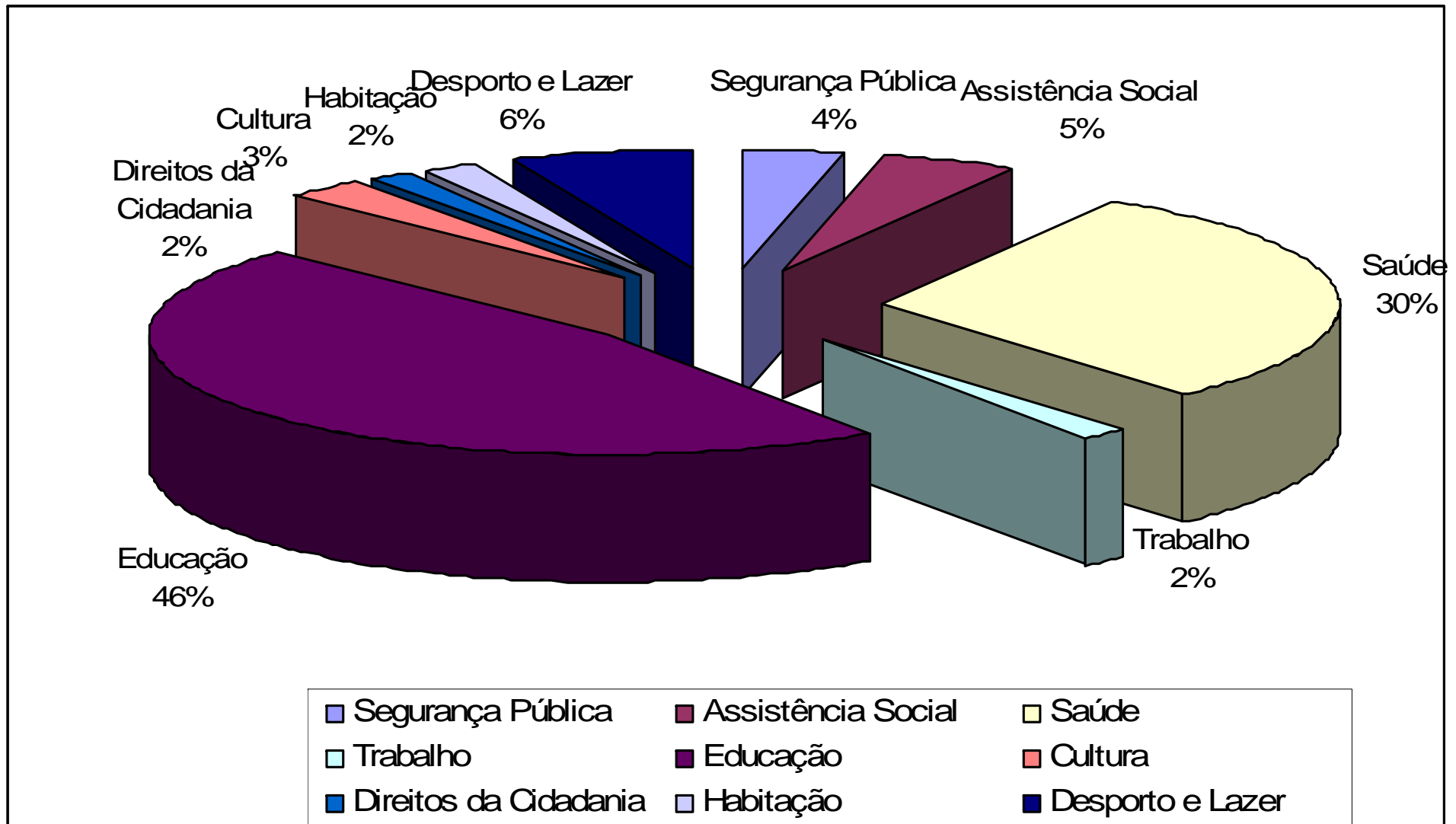
Financiamento

- Crescimento global no orçamento das OS
- Predominância na Educação e Saúde (constitucionalidade) com patamares próximos ao exigido
- Maior proporção de crescimento nas áreas de Esporte e lazer e Cultura, mas continuam tendo menores orçamentos (com variações incosntantes)

Evolução dos gastos com políticas sociais



Distribuição dos recursos das PS



CONTROLE SOCIAL

**Constituição Federal de 1988
descentralização político-administrativo –
prevê instâncias participativas para a
como parte da formulação, controle e
avaliação das políticas públicas, trazendo
ao cenário político a disputa de
interesses coletivos mais amplos.**

O município de Vitória vem incorporando na sua forma de governo a participação popular e o controle social

A gestão democrática e participativa comparece como um dos programas de gestão administrativa, com a seguinte descrição:

Criação e fortalecimento dos canais de participação, controle social e acompanhamento da gestão municipal pelos servidores e cidadãos

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
CONSELHOS MUNICIPAIS
CONFERÊNCIAS**

O Orçamento Participativo (OP) é um mecanismo governamental da democracia participativa, que objetiva possibilitar aos munícipes influenciar ou decidir em conjunto com o poder público, as obras e os serviços a serem realizados em nível municipal.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

objetivo viabilizar a criação e o fortalecimento de canais de participação, o controle social e o acompanhamento da gestão municipal pelos cidadãos.

Etapas no processo de discussão

- Assembléias de bairros,
- Assembléias setoriais: Negros, Mulheres, Criança e Adolescente, Jovens e Cultura,
- Fórum de delegados,
- Capacitação dos delegados
- Congresso da Cidade
- Conselho do Orçamento Participativo

CONSELHOS MUNICIPAIS

Vitória – 21 Conselhos Municipais

Levantamento das questões apontadas em reunião com os representantes dos Conselhos Municipais.

- Capacitação de Conselheiros
- Integração entre os conselhos
- Comunicação entre representantes e representados.
- Consolidação das deliberações
- Participação dos trabalhadores nos Conselhos
- Reconhecimento do Conselho como espaço de deliberação
- Conselheiros se repetem em diversos conselhos e por diversos mandatos.

CONFERÊNCIAS

As conferências são consideradas espaços mais amplos de participação, onde representantes do Poder Público e da sociedade discutem e apresentam propostas para o fortalecimento e adequação de políticas públicas específicas.

As incorporações destas deliberações no planejamento das políticas ainda é um desafio.

AUSÊNCIA DE AGLUTINAÇÃO
DAS DELIBERAÇÕES DAS
CONFERÊNCIAS E DAS
DEMANDAS DO ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO.

“Há uma construção coletiva e
uma apropriação
particularizadas”